Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL • R$ 3,00
Sexta-feira, 7 de outubro de 2022
Ano CVII • Número 29.218
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

INÊS 249

O DUELO ENTRE LULA E BOLSONARO

Imprescindível que eleitor acompanhe ações e discursos de ambos. Por Paulo Alonso, **página 2**

GATO CAFÉ

Espaços solidários para adoção de gatos abertos no Rio de Janeiro: na Barra e em Botafogo. Por Bayard Boiteux, **página 3**

ALERJ: DISPUTA PELA PRESIDÊNCIA

Pesarão os apoios de André Ceciliano e Cláudio Castro. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

Governo cortou R$ 2,4 bi da educação este ano

Ministro não convence com tese de 'limite temporário'

Arquivo/ABr

O ministro da Educação, Victor Godoy, disse nesta quinta-feira que não procede a informação de que universidades e instituições de ensino federais teriam corte ou redução em seus orçamentos, conforme denunciado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Segundo o ministro, o que foi estabelecido pelo MEC foi apenas um "limite temporário para movimento e empenho" de recursos. Medida que, segundo o ministro, só valerá até novembro.

A explicação pouco convincente foi dada após a denúncia que o contingenciamento de mais R$ 2,6 bilhões no Orçamento da União atingiria fortemente a educação. Segundo a Andifes, o corte chega a R$ 1 bilhão, sendo que a educação superior perde R$ 328 milhões. No ano, o bloqueio atinge R$ 763 milhões, valores retirados das universidades federais do orçamento que havia sido aprovado para este ano.

"No âmbito do Ministério da Educação, o contingenciamento chega a R$ 2,399 bilhões (R$ 1,340 bilhão anunciado entre julho e agosto e R$ 1,059 bilhão agora, dia 30 de setembro)", informou a Andifes. A Rede Profissional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica afirma que o ensino técnico perderá R$ 300 milhões no ano, sendo que R$ 147 milhões apenas neste último corte.

"O que aconteceu foi uma limitação da movimentação financeira", insistiu o ministro, em entrevista à TV Brasil. "A gente distribuiu isso ao longo de outubro, novembro e dezembro. A gente chama isso de limitação de movimentação. Portanto não é corte nem redução do orçamento das universidades [e institutos] federais."

Com os R$ 2,6 bilhões anunciados agora, o governo Bolsonaro bloqueou, no total, R$ 10,5 bilhões este ano, de todos os ministérios.

O setor de educação será um dos principais beneficiados em um governo de Lula, segundo Rodrigo Cohen, analista CNPI e cofundador da Escola de Investimentos. **Página 5**

Biden admite flexibilizar sanções à Venezuela

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, não descartou a possibilidade de afrouxar as sanções à Venezuela, dizendo a repórteres nesta quinta-feira que seu governo tem "muitas alternativas" para combater o efeito da decisão do grupo dos maiores países produtores de petróleo para reduzir a produção.

"Há muitas alternativas. Ainda não decidimos", disse Biden antes de deixar a Casa Branca, chamando o anúncio feito no dia anterior pelo grupo conhecido como Opep+ de "decepção". Ele estava respondendo a uma pergunta da imprensa se a flexibilização das sanções à Venezuela era uma das opções.

A Opep+, que integra membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e outros países com grande produção, anunciou quarta-feira que reduzirá a produção em 2 milhões de barris por dia a partir de novembro. Isso representa cerca de 2% do consumo mundial.

O *Wall Street Journal* informou na quarta-feira que o governo Biden está considerando afrouxar as sanções à Venezuela para que a norte-americana Chevron, uma das maiores empresas petrolíferas do mundo, possa retomar o bombeamento de petróleo no país latino-americano. Washington tem pedido o aumento da produção de petróleo para sustentar a economia global.

Citando fontes anônimas do Governo dos EUA, o relatório disse que a flexibilização das sanções está condicionada ao governo do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, manter conversas de boa fé com a oposição. "Não há planos para mudar nossa política de sanções sem medidas construtivas do regime de Maduro", disse Adrienne Watson, porta-voz do Conselho de Segurança Nacional.

Um alto funcionário do governo disse a repórteres na quarta-feira que a política dos EUA em relação à Venezuela não mudou.

Os preços do petróleo avançaram nesta quinta-feira pela quarta sessão consecutiva. O West Texas Intermediate para entrega em novembro aumentou 0,8%, para US$ 88,45 o barril na Bolsa Mercantil de Nova York. É o valor mais alto desde 14 de setembro. O petróleo Brent para entrega em dezembro somou 1,1%, para fechar a US$ 94,42 o barril na London ICE Futures Exchange, a maior cotação desde 5 de setembro.

BC muda formato e concentração bancária parece menor que em anos anteriores

A rentabilidade do sistema bancário continua subindo, se recuperando da queda ocorrida em 2020, e retornou a níveis próximos àqueles observados antes da pandemia. O lucro líquido de R$ 132 bilhões em 2021 foi 49% superior ao registrado em 2020 e 10% acima do observado em 2019. O retorno sobre o patrimônio líquido (Return on Equity – ROE) foi de 15%, próximo aos níveis pré-pandemia. Os dados são do Relatório de Economia Bancária – 2021, divulgado pelo Banco Central.

No ano passado, os cinco maiores bancos – Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander – concentravam 76,6% dos ativos totais do segmento bancário comercial. Houve uma leve queda na comparação com 2020, quando esse percentual era 77,6%.

O BC, porém, alterou a forma de apresentar a concentração bancária. Em vez de destacar as cinco maiores instituições, divulgou apenas o G4, excluindo a quinta maior (Santander). Com isso, há uma impressão de que a concentração é menor que em outros anos. Os quatro maiores bancos tinham 57,3% dos ativos totais em 2020, número que diminuiu para 56% em 2021. Segundo o Banco Central, essa metodologia é a mais usada mundialmente e aproxima o Brasil dos padrões da OCDE.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulgou nota em que tenta relativizar os bons números alcançados pelo setor bancário enquanto outras empresas ainda sofrem com os efeitos da pandemia. Segundo a entidade, citando dados de uma publicação, entre as mil maiores companhias do Brasil, os bancos ficaram em 18º lugar na rentabilidade setorial no ano de 2021, "ou seja, outros 17 setores foram bem mais lucrativos que os bancos".

"Além disso, a última vez que os bancos brasileiros ficaram entre os cinco setores mais rentáveis da economia, exatamente na quinta posição, foi em 2005, há 17 anos. O setor bancário nunca foi o que apresentou a maior rentabilidade na economia brasileira", sustenta a Febraban.

Sobre a concentração bancária, a entidade garante que o mercado bancário brasileiro tem bastante concorrência. "Há muita confusão entre concentração e falta de competição", sustenta, afirmando que setores como Mineração, Petróleo/Gás e Papel/Celulose, também intensivos em capital, são mais concentrados que o setor Bancário. **Página 3**

Saques fazem fundos terem pior resultado em 5 anos

De janeiro a setembro, os fundos de investimento registraram retiradas líquidas (diferença entre aportes e resgates) de R$ 17,1 bilhões. É o pior resultado dos últimos cinco anos. Em 2021, a captação líquida foi positiva: R$ 414,7 bilhões, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

A maioria dos fundos de renda fixa teve rentabilidade positiva no acumulado do ano.

Em setembro, os brasileiros sacaram R$ 5,9 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou o Banco Central. A retirada é a segunda maior da história, só perdendo para setembro de 2021, quando alcançou R$ 7,72 bilhões. **Página 6**

O QUE SE PODE ESPERAR DA PRÓXIMA COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO?

Entrevista com o sócio da Distrito Relações Governamentais, Públio Madruga. **Página 5**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2224
Dólar Turismo	R$ 5,4100
Euro	R$ 5,1151
Iuan	R$ 0,7338
Ouro (gr)	R$ 288,34

ÍNDICES

IGP-M	-0,95% (setembro)
	-0,70% (agosto)
IPCA-E	
RJ (setembro)	-0,97%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

O duelo entre Lula e Bolsonaro

Por Paulo Alonso

O duelo continua entre o ex-presidente da República Lula, do PT, e o atual presidente Bolsonaro, do PL, e essa disputa continuará até o dia 30 deste mês, quando os brasileiros voltarão às urnas para escolher, em segundo turno, qual dos dois governará o Brasil nos próximos quatro anos.

O Ipec, na última quarta-feira, divulgou nova pesquisa, mostrando que Lula ganharia a eleição, por 51%, contra 43%, de Bolsonaro. Exibiu, ainda, que a rejeição do eleitorado em Lula é de 40%, face aos 50% do atual mandatário da Nação.

No Norte e Centro-Oeste, Bolsonaro aparece na frente, com 53%, das intenções de voto, contra 43% atribuídos a Lula; já no Nordeste, Lula lidera com grande folga, 69%, contra 26% de Bolsonaro; enquanto no Sul, Bolsonaro é mais bem colocado; 54%, e Lula, 37%. Na Região Sudeste, que concentra os três maiores colégios eleitorais do país, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, há um empate técnico: Lula, com 47%, e Bolsonaro, 45%.

A pesquisa Ipec apontou também os índices de avaliação do governo Bolsonaro. Essa sondagem continua a indicar o descrédito da população em relação aos atos e ações do atual presidente, com 42% de avaliações negativas (ruim ou péssimo) e 35% de avaliações positivas (ótimo ou bom). Os que consideram a gestão regular são 22%.

O mesmo instituto perguntou aos eleitores se eles aprovam ou não a administração de Bolsonaro: 40% dos entrevistados aprovam e 55% desaprovam, mesmo número do levantamento anterior. Os que não sabem são 5%.

Importante ressaltar que essa nova pesquisa aponta que 92% dos eleitores dizem estar totalmente decididos quanto a quem vão votar no segundo turno. Os que dizem que ainda podem mudar de opinião somam 8%.

Entre os que avaliam de maneira negativa a gestão Bolsonaro, 3% acreditam que ele será reeleito. Nessa faixa de entrevistados, os que creem na vitória de Lula somam 91%.

A expectativa de vitória de Bolsonaro é maior entre pessoas com renda familiar de mais de cinco salários-mínimos (52%), evangélicos (49%), moradores das regiões Sul (44%) e Centro-Oeste (41%) e eleitores com ensino superior (40%). Os que creem na vitória de Lula crescem entre moradores da região Nordeste (71%), pessoas com renda familiar de até um salário-mínimo (66%), jovens de 16 a 24 anos (63%), moradores de cidades com até 50 mil habitantes (60%) e pretos e pardos (60%).

Lula foi uma das principais lideranças do movimento Diretas Já, no período da redemocratização, quando iniciou sua carreira política. Elegeu-se, em 1986, deputado federal por São Paulo. Três anos depois, concorreu pela primeira vez à presidência da República, perdendo, no segundo turno, para Collor de Mello. Foi candidato a presidente por outras duas vezes, em 1994 e 1998, perdendo em ambas as eleições para Fernando Henrique Cardoso que, neste segundo turno, declarou seu voto em favor de Lula. Venceu a eleição presidencial de 2002, derrotando José Serra, no segundo turno. Na eleição de 2006, foi reeleito ao vencer no segundo turno Geraldo Alkmin, seu vice-presidente nesta eleição de 2022.

O governo Lula teve como marco a consolidação de programas sociais, como o Bolsa Família e o Fome Zero, ambos reconhecidos pela ONU como os programas que possibilitaram a saída do país do mapa da fome. Durante seus dois mandatos, empreendeu reformas e mudanças radicais que produziram transformações sociais e econômicas no Brasil, que triplicou seu PIB per capita. Na política externa, desempenhou um papel de destaque, incluindo atividades relacionadas ao programa nuclear do Irã, ao aquecimento global, ao Mercosul e ao Brics. Lula foi considerado um dos políticos mais populares da história do Brasil e, enquanto presidente, foi um dos mais populares do mundo.

Em julho de 2017, foi condenado em primeira instância no âmbito da Operação Lava Jato a nove anos e seis meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Com a confirmação em segunda instância da sentença, que aumentou a pena, teve sua prisão decretada, em 2018. Em novembro de 2019, Lula foi solto um dia após o STF decidir que a execução da pena só deveria ocorrer com o trânsito em julgado da sentença. Em março de 2021, recuperou seus direitos políticos diante da decisão do ministro do STF Edson Fachin de anular suas condenações na Lava Jato, ao considerar a Justiça Federal do Paraná incompetente para julgá-lo.

Na área econômica, a gestão do governo Lula é caracterizada pela estabilidade econômica e por uma balança comercial superavitária. Durante o governo Lula houve incremento na geração de empregos. Segundo o IBGE, de 2003 a 2006, a taxa de desemprego caiu e o número de pessoas contratadas com carteira assinada cresceu mais de 985 mil, enquanto o total de empregos sem carteira assinada diminuiu 3,1%. Já o total de pessoas ocupadas cresceu 8,6% no período de 2003 a 2006.

O salário mínimo teve um aumento em termos reais e o poder aquisitivo das famílias subiu. Programas de saúde também foram implementados com bons resultados nas áreas de saúde bucal e mental, atenção básica, serviços de emergência, doenças sexualmente transmissíveis, farmácia popular, saúde do trabalhador, do idoso e da mulher, melhoras no SUS e outros.

Na política externa, o governo Lula atuou para integrar o continente Sul-Americano, expandir e fortalecer o Mercosul, obtendo alguns avanços, como o aumento de mais de 100% nas exportações para a América do Sul, fortalecendo o comércio regional.

A política externa do governo Lula também é considerada controversa por alguns órgãos de imprensa, pelo suposto apoio do Brasil a países acusados de violações a direitos humanos, tanto em votações na ONU quanto na aproximação política com essas nações.

Sob o comando de Lula, o Brasil também prestou importante auxílio a países que passaram por grandes tragédias no início de 2010. Em janeiro daquele ano, o país ajudou no apoio às vítimas do terremoto no Haiti. No final de fevereiro, ajudou no auxílio às vítimas do terremoto no Chile.

Segundo a revista norte-americana *Newsweek*, Lula era, no final de 2008, a 18ª pessoa mais poderosa do mundo, ocupando a liderança do ranking na América Latina. Em lista divulgada pela *Forbes*, em 2009, Lula foi considerado a 33ª pessoa mais poderosa do mundo. Nesse mesmo ano, foi considerado o "Homem do ano" pelo *Le Monde* e *El País*.

De acordo com o *Financial Times*, Lula foi uma das 50 pessoas que moldaram a década de 2000 devido a seu "charme e habilidade política" e por ser "o líder mais popular da história do país". Uma publicação do jornal *Haaretz*, de Israel, feita em 2010, afirmou que Lula é o "profeta do diálogo", por suas intermediações em busca da paz no Oriente Médio. Em abril do mesmo ano, a *Time* listou Lula como um dos 25 líderes mais influentes do mundo.

Jair Bolsonaro é o 38º presidente do Brasil, desde 1º de janeiro de 2019, tendo sido eleito pelo PSL. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, entre 1991 e 2018. Durante seu mandato de 27 anos como congressista, ficou conhecido por seu conservadorismo social e por numerosas polêmicas, principalmente por ser um vocal opositor dos direitos LGBTQIA+ e por declarações classificadas como discurso de ódio, que incluem a defesa das práticas de tortura e assassinatos cometidos durante a ditadura miliar.

Bolsonaro foi anunciado como pré-candidato à presidência em março de 2016 pelo PSC, mas sua campanha foi lançada pelo PSL, em 2018, quando passou a se apresentar como um candidato antissistema pró-mercado e defensor de valores familiares. Após disputar o segundo turno em 2018, com Fernando Haddad, do PT, foi eleito com 55,1% dos votos válidos.

Seu governo tem sido caracterizado por forte presença de ministros de formação militar, alinhamento internacional com países governados pela direita populista e por políticas anti-ambientais, anti-indigenistas e pró-armas. Durante a pandemia, sua gestão foi reprovada em todo o espectro político e apontada como negacionista, depois que ele minimizou os efeitos da doença e defendeu tratamentos sem eficácia comprovada e postergou a compra de vacinas.

Segundo levantamento do *Estado de S. Paulo*, em 27 anos de atividades no Congresso, Bolsonaro apresentou 171 projetos de lei, de lei complementar, de decreto de legislativo e propostas de emenda à Constituição, sendo relator de 73 deles. Segundo a Agência Lupa – que dá o número total de projetos como 172 – 162 destes foram Projetos de Lei, um foi Projeto de Lei Complementar e cinco foram Propostas de Emenda à Constituição.

Bolsonaro conseguiu aprovar dois projetos de lei e uma emenda: uma PEC que prevê emissão de recibos junto ao voto nas urnas eletrônicas; uma proposta que estende o benefício de isenção do IPI para bens de informática; e outra que autoriza o uso da fosfoetanolamina, substância que ficou conhecida no Brasil como "pílula do câncer" e que testes demonstraram não ter qualquer efeito contra a doença.

Bolsonaro foi o autor de uma Proposta de Emenda à Constituição que prevê que o SUS realize cirurgias de laqueadura e vasectomia em maiores de 21 anos que desejarem realizar o procedimento. Ele argumentou que muitas famílias pobres não têm dinheiro para fazer cirurgias.

No dia 1º de janeiro de 2019, o ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro e o general Hamilton Mourão, eleito agora senador pelo Rio Grande do Sul, tomaram posse como presidente e vice-presidente da República.

No primeiro ano de mandato do governo Bolsonaro, o PIB brasileiro cresceu 1,2%, seguido por uma queda de 3,9% em 2020, principalmente em razão dos impactos da pandemia, quando o país saiu da lista das dez maiores economias mundiais pela primeira vez, desde 2007. Em 2021, a economia retomou o crescimento com um aumento de 4,6% do PIB. No período, entre 2019 e 2021, a taxa de desemprego saiu de 11,9% para 14,4%, o dobro da média mundial, segundo dados da OIT, enquanto o índice de inflação passou de 4,31% para 10,06%, o maior em seis anos.

Durante o mês de agosto de 2019, os incêndios na Amazônia tornaram-se foco de intensas críticas às políticas de Bolsonaro para a área de floresta tropical. O Brasil registrou mais de 72 mil incêndios, em 2019, um aumento de 84% em relação ao mesmo período de 2018. Em cinco dias, em agosto, houve 7 746 incêndios.

Em 3 de abril de 2019, o então Ministro da Educação, o colombiano Ricardo Vélez, afirmou que os livros didáticos de História passariam por uma revisão para que as crianças "possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história" e citou como exemplo o golpe de 1964, que classificou como "constitucional", e a ditadura militar, que disse ter sido "um regime democrático de força". Em 8 de abril de 2019, Vélez foi demitido do MEC.

No final de abril, a nova gestão do MEC, sob o comando de Abraham Weintraub anunciou o bloqueio de 30% na verba das instituições de ensino federais, entre as sessenta universidades e os quase quarenta institutos em todo o país. Inicialmente, o ministro havia anunciado o corte de verbas da UFF, UFBA e UnB, que, segundo ele, "estiverem fazendo balbúrdia". Posteriormente, o corte foi ampliado para todas as universidades federais. O governo Bolsonaro extinguiu o Ministério da Cultura juntamente com os Ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social, sendo os três fundidos na estrutura do Ministério da Cidadania.

Desde o começo, sua administração envolveu-se em uma série de controvérsias. Bolsonaro desfiliou-se do PSL, em 2019, partido em que estava desde março de 2018. Foi a primeira vez, desde a redemocratização, que um presidente da República ficou sem legenda partidária durante o exercício do mandato.

Em dezembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro foi eleito "Pessoa Corrupta do Ano" pela Organized Crime and Corruption Reporting, um consórcio internacional formado por jornalistas investigativos. O prêmio "reconhece o indivíduo ou instituição que mais fez para promover a atividade criminosa organizada e a corrupção no mundo". Segundo a organização, Bolsonaro venceu por "se cercar de figuras corruptas, usar propaganda para promover sua agenda populista, minar o sistema de justiça e travar uma guerra destrutiva contra a região amazônica que enriqueceu alguns dos piores proprietários de terras do país".

Estamos às vésperas de um novo pleito eleitoral, que escolherá o novo governante do Brasil. Faz-se imprescindível que o eleitor acompanhe bem de perto as ações e os discursos de ambos os candidatos, que verifiquem os apoios que cada um deles vem recebendo, que conheçam e se identifiquem com suas propostas de governo e que escolham, com consciência, responsabilidade e critério, aquele que melhor poderá representar o Brasil, nos próximos quatro anos.

Paulo Alonso é jornalista.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Gato Café

O Gato Café, no Via Parque, é um espaço solidário para adoção de gatos. A proposta trazida do Japão fez dele o primeiro catcafé do Rio (junto com o de Botafogo da mesma rede), com guloseimas muito bem elaboradas para o público.

Novo livro

Ao Sabor do Tempo, da antropóloga francesa Françoise Héritier, chega às livrarias. Nele, descobrimos dores e, principalmente, delícias da existência. Traduzido por Fatima Do Coutto, é mais um lançamento da editora Valentina.

Vergonha

Tem causado muita discussão a participação de parte da igreja evangélica mais ortodoxa na campanha do atual presidente. Pastores vão para as redes destilar ódio contra o candidato Lula, inclusive com fake news, e nesta quarta-feira a Assembleia de Deus apresentou resolução para punir pastores que "defendam, pratiquem ou apoiem pautas de esquerdas. Tempos sombrios...

Segundo turno

Com mais de 6 milhões de votos, Lula – que venceu o primeiro turno e agora com o apoio do PDT e da senadora Simone Tebet – caminha para uma possibilidade de vitória no segundo turno. No entanto, a coordenação de campanha rejeita o clima de já ganhou e sabe que uma nova eleição se inicia.

Conservadorismo de direita

O Legislativo que assume em 2023 vem carregado de uma nova vertente de direita. Não podemos negar que a eleição de Damares e Pazzuello mostra o crescimento do conservadorismo no eleitor brasileiro.

Novo Legislativo carioca

Quem assume uma cadeira na Câmara Municipal do Rio de Janeiro é a professora Dra. Luciana Boiteux. Vai levar para o Legislativo carioca pautas de defesa da mulher e dos Direitos Humanos.

Música em pauta

O projeto Música no Museu, de Sergio Costa e Silva, se apresenta nesta sexta na Eslovênia, dentro das comemorações dos 200 anos da Independência do Brasil. Serão mais de 15 países visitados pelo projeto em 2022.

Feira da Cachaça

Vassouras ganha mais um evento em novembro. Com o apoio da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Cultura, de 25 a 27 de novembro, com entrada gratuita, a Feira da Cachaça fará do Vale do Café o centro da bebida nacional.

Pensamento da semana

"A mudança de paradigmas do Amor e do Respeito parece mais perto do que nunca. Pássaros e plantas trazem músicas da Democracia da natureza e da sustentabilidade do planeta. O obscurantismo da Idade Média se despede em grande estilo. É hora de acordar para um Novo Tempo, um novo Mundo, uma nova realidade: a de reconstruir o tempo perdido."

Bancos: empréstimos para pessoas físicas crescem 16,3% em 2021

Lucro de R$ 132 bi foi 49% superior ao de 2020

O saldo total dos empréstimos e financiamentos concedido pelos bancos cresceu 16,3% no ano passado, alcançando o volume de R$ 4,7 trilhões, o que representa 53,9% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), mostrando estabilidade ao final de 2021. As concessões de crédito cresceram 18,2% em 2021, maior taxa de crescimento anual da série iniciada em 2011. Os dados são do Relatório de Economia Bancária de 2021, divulgado nesta quinta-feira pelo Banco Central (BC).

De acordo com o BC, o forte crescimento foi impulsionado pelo segmento de pessoas físicas, tanto nas linhas de crédito livre como nas de crédito direcionado. O crédito livre é aquele em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, e é destinado, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

Dessa forma, o estoque de crédito às pessoas físicas registrou acréscimo de 21% em 2021 (11,1% em 2020), com variações de 23% nas modalidades de crédito livre (destaque para cartão de crédito à vista) e 18,5% no crédito direcionado (ressaltando-se tanto o crédito rural como os financiamentos imobiliários).

No segmento de pessoas jurídicas, observou-se aumento de 10,5% no saldo (21,8% em 2020), refletindo o crescimento de 17,3% no crédito livre, com destaque para desconto de duplicatas e recebíveis, financiamento de veículos e adiantamento sobre contratos de câmbio. O crédito direcionado para empresas reduziu 0,3%, com a queda de 3,9% no saldo das operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo arrefecida pelos aumentos de 17,8% nos saldos do crédito rural e de 2,2% da modalidade outros créditos direcionados, na qual estão classificados os programas emergenciais.

As projeções do BC para a evolução do crédito bancário este ano são de crescimento de 14,2% do saldo total, com aumento de 17,2% do saldo de crédito com recursos livres e de 9,7% do saldo de crédito com recursos direcionados.

A taxa média de juros dos novos contratos de crédito aumentou 6 pontos percentuais ao longo de 2021, atingindo 24,3% ao ano em dezembro, em linha com trajetória ascendente da taxa básica de juros, a Selic.

Rentabilidade

A rentabilidade do sistema bancário em 2021 se recuperou da queda ocorrida no ano anterior, retornando a níveis próximos aos observados antes da pandemia Covid-19. "No entanto, a recuperação na rentabilidade não foi homogênea, sendo as instituições com modelos de negócio mais diversificados mais beneficiados", explicou o BC.

O lucro líquido de R$ 132 bilhões em 2021 foi 49% superior ao registrado pelo sistema em 2020 e 10% acima do observado em 2019. Os resultados são explicados pelo crescimento da margem de juros, a redução das despesas com provisões (reserva sobre riscos de crédito) e os ganhos de eficiência.

Em relação à inadimplência, a expectativa é de alta moderada em direção aos níveis pré-pandemia, dado o cenário econômico menos favorável previsto para este ano. "Esse movimento da inadimplência e a migração das carteiras para um mix de maior risco podem aumentar o nível de ativos problemáticos ao longo do ano. Esse eventual aumento não deve, contudo, trazer maiores dificuldades para o sistema, dado que o atual nível de cobertura de provisões poderá ser utilizado para absorvê-lo total ou parcialmente", diz o relatório.

Publicado anualmente, o Relatório de Economia Bancária trata de um amplo espectro de questões atinentes ao Sistema Financeiro Nacional e as relações entre instituições e seus clientes.

Retirada da poupança chega a R$ 5,9 bi em setembro

A aplicação financeira mais tradicional dos brasileiros continua a enfrentar a fuga de recursos. Em setembro, os brasileiros sacaram R$ 5,9 bilhões a mais do que depositaram na caderneta de poupança, informou nesta quinta-feira o Banco Central (BC). A retirada líquida (saques menos depósitos) é a segunda maior da história, só perdendo para setembro do ano passado, quando as retiradas superaram os ingressos em R$ 7,72 bilhões.

Com o desempenho de setembro, a poupança acumula retirada líquida de R$ 91,07 bilhões nos 9 primeiros meses do ano. Essa é a maior retirada acumulada para o período desde o início da série histórica, em 1995.

Este ano, a caderneta registrou captação líquida (mais depósitos que saques) apenas em abril, quando o fluxo ficou positivo em R$ 3,51 bilhões. Nos demais meses, as retiradas superaram os depósitos, num cenário de inflação e endividamento altos, combinado com rendimentos mais baixos por causa dos aumentos da taxa Selic (juros básicos da economia), que tornam outras aplicações de renda fixa mais atraentes.

Em 2020, a poupança tinha registrado captação líquida (depósitos menos saques) recorde de R$ 166,31 bilhões. Contribuiu para o resultado a instabilidade no mercado de títulos públicos no início da pandemia da covid-19 e o pagamento do auxílio emergencial, que foi depositado em contas poupança digitais da Caixa Econômica Federal.

No ano passado, a poupança tinha registrado retirada líquida de R$ 35,5 bilhões. A aplicação foi pressionada pelo fim do auxílio emergencial, pelos rendimentos baixos e pelo endividamento maior dos brasileiros. A retirada líquida – diferença entre saques e depósitos – só não foi maior que a registrada em 2015 (R$ 53,57 bilhões) e em 2016 (R$ 40,7 bilhões). Naqueles anos, a forte crise econômica levou os brasileiros a sacarem recursos da aplicação.

Até recentemente, a poupança rendia 70% da Taxa Selic (juros básicos da economia). Desde dezembro do ano passado, a aplicação passou a render o equivalente à taxa referencial (TR) mais 6,17% ao ano, porque a Selic voltou a ficar acima de 8,5% ao ano. Atualmente, os juros básicos estão em 13,75% ao ano. O aumento dos juros, no entanto, foi insuficiente para fazer a poupança render mais que a inflação, provocando a fuga de alguns investidores.

Nos 12 meses terminados em setembro, a aplicação rendeu 7,12%, segundo o Banco Central. No mesmo período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor-15 (IPCA-15), que funciona como prévia da inflação oficial, atingiu 7,96%. O IPCA cheio de setembro será divulgado no próximo dia 11 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nossa Senhora Aparecida terá feriado bancário

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) confirmou nesta quinta-feira que não haverá atendimento nas agências bancárias no feriado de Nossa Senhora Aparecida, comemorado em 12 de outubro (quarta-feira).

A decisão segue a Resolução n.º 4.880, de 23 de dezembro de 2020, do Conselho Monetário Nacional, que não considera dias úteis para fins de operações bancárias sábados, domingos, feriados oficiais de âmbito nacional, municipal ou estadual, exceto pontos facultativos ou outros casos de impossibilidade de acesso a agências físicas. Nos dias13 de outubro (quinta-feira) e 14 de outubro (sexta-feira) o atendimento ao público volta a ocorrer normalmente em todas as localidades que não tiverem feriados municipais.

A Febraban afirma que as áreas de autoatendimento ficarão disponíveis para os clientes no dia do feriado, bem como os canais digitais e remotos dos bancos, como internet e mobile banking. Contas de consumo (água, energia, telefone etc.) e carnês com vencimento em 12/10 poderão ser pagos, sem acréscimo, no dia útil seguinte.

De acordo com o diretor-adjunto de Serviços da Febraban, Walter Tadeu de Faria, os tributos costumam vir com datas ajustadas ao calendário de feriados nacionais, estaduais e municipais. Boletos bancários de clientes cadastrados como sacados eletrônicos podem ser pagos via DDA (Débito Direto Autorizado). Para maior comodidade e conveniência, os clientes e o público em geral podem evitar o comparecimento presencial nas agências bancárias utilizando os canais digitais como principal meio de acesso aos serviços.

"Os meios eletrônicos são uma alternativa prática e extremamente segura e oferecem praticamente a totalidade das transações financeiras do sistema bancário. Internet banking, mobile banking e caixas eletrônicos podem ser utilizados para pagamento de contas, checagem de saldo e extrato e transferências, por exemplo. Banco por telefone e correspondente também estão entre as alternativas de atendimento", ressalta Faria.

LEILÕES & COMPANHIA

Antonio Pietrobelli
antoniopietrobelli2@gmail.com

Disputa pela presidência da Alerj já começou

Na primeira sessão de votação da Alerj após a eleição, o clima era de confraternização entre os deputados reeleitos. E o principal assunto foi a eleição da Mesa Diretora da Casa, que será no dia 1º de fevereiro. O atual primeiro-secretário, deputado Jair Bittencourt (PL), e o líder do Governo na Alerj, deputado Rodrigo Bacellar (PL), largam como favoritos. Jair Bittencourt foi muito assediado pelos veteranos em plenário, mas os votos dos novatos ainda precisam ser conquistados. Também pesará o apoio do atual presidente da Casa, deputado André Ceciliano (PT), e do governador Cláudio Castro.

Andrezinho Ceciliano

Deputado mais novo

Com 24 anos, Andrezinho Ceciliano (PT), é o deputado estadual mais novo eleito neste ano. Filho do atual presidente da Casa, o deputado André Ceciliano (PT), Andrezinho é estudante de direito e nasceu na cidade de Paracambi, na Baixada Fluminense.

Maiores bancadas

A maior bancada da Alerj será do PL, com 17 deputados. Em sequência, vem a bancada do União Brasil, com 8 parlamentares, seguida pelo PT, com 7, PSD, com 6 e PSOL, com 5. O PP contará com 4 parlamentares, e Republicanos e Solidariedade terão 3 deputados cada um.

Anderson de Moraes

Anderson de Moraes

Mantendo a fidelidade

O deputado Anderson de Moraes (PL) mostrou-se mais uma vez ser um fiel escudeiro do presidente Bolsonaro. Apoiado pelo vereador Carlos Bolsonaro, Anderson dobrou sua votação em relação à eleição anterior, em 2018. Os que se elegeram com ele naquele ano, pelo antigo PSL, mudaram de lado e perderam a eleição deste ano. Anderson Moraes disse que vai manter a foto de Bolsonaro na porta do seu gabinete na Alerj por mais quatro anos.

Um passo à frente, outro atrás

Chicão Bulhões (PSD), que renunciou ao cargo de deputado estadual para ser secretário de Eduardo Paes, tentou se eleger deputado federal e não levou. Agora torce para ser reconduzido ao cargo de secretário municipal do Rio e esperar mais dois anos para tentar ser vereador.

Preços de serviços de cartório sobem no Rio

A Lei 9.873/22, que regulamenta e simplifica a cobrança dos serviços notariais e de registros dos cartórios extrajudiciais, foi sancionada pelo governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial desta quinta-feira. O texto é de autoria dos Poderes Judiciário e Legislativo.

Segundo a norma, os valores para registros de nascimento e de óbito serão de R$ 33,62, em 2022. Já o processo de habilitação de casamento ou de conversão de união estável em casamento será de R$ 248,08. O arquivamento dos contratos de constituição de sociedades, de atas, balanços e instrumentos em geral de interesse das pessoas jurídicas será de R$ 280.

Os valores serão corrigidos em 1º de janeiro de cada ano pela variação da Unidade Fiscal de Referência do Estado do Rio de Janeiro (Ufir/RJ), e, na hipótese de sua extinção, será aplicado o índice de correção monetária que a substituir, adotado pelo Poder Executivo estadual, para a correção de tributos e taxas de competência estadual. A lei também atualiza valores relacionados às custas de inventário e partilha extrajudiciais e passa a prever cobrança dos emolumentos de acordo com o valor de cada bem.

O Tribunal de Justiça do Estado justifica que a medida corrige distorções, uma vez que as tabelas praticadas no Rio de Janeiro estão muito aquém dos valores praticados por outros estados. Foram alteradas quatro legislações sobre o tema, sobretudo, a Lei 3.350/99, que atualmente determina as custas judiciais dos cartórios de registros e de serviços notariais.

Os emolumentos e as custas judiciais serão acrescidos de 4% para destinação da verba ao Fundo de Apoio aos Registradores Civis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro (Funarpen/RJ). O valor não incidirá sobre as taxas de registros e baixas de ações judiciais. A medida é uma compensação aos registradores civis pelas gratuidades de justiça.

O Poder Executivo vetou a criação do programa de renda mínima que beneficiaria serviços extrajudiciais do estado que detenham, exclusiva ou acumuladamente, a atribuição registral civil de pessoas naturais. A justificaria foi a observância das regras do Regime de Recuperação Fiscal. O governo também vetou a isenção do pagamento do selo de fiscalização de atos gratuitos.

Cesta básica teve queda de 0,51% no Rio, mas ainda está cara: R$ 714,14

Em setembro de 2022, o custo da cesta básica do município do Rio de Janeiro apresentou queda de 0,51% em relação a agosto. Foi a quarta mais cara entre as capitais pesquisadas e atingiu o valor de R$ 714,14. Em comparação com setembro de 2021, a cesta acumulou elevação de 11,05%. Na variação acumulada ao longo do ano, o aumento foi de 7,19%. Os dados foram divulgados, nesta quinta-feira, pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O morador do Rio de Janeiro cuja remuneração equivale ao salário mínimo de R$ 1.212,00 precisou trabalhar durante 129 horas e 38 minutos para adquirir a cesta básica em setembro de 2022. Em agosto de 2022, o tempo de trabalho necessário havia sido de 130 horas 18 minutos e, em setembro de 2021, 128 de horas e 37 minutos.

Considerando o salário mínimo líquido (após o desconto de 7,5% da Previdência Social), este mesmo trabalhador precisou comprometer 63,70% de sua remuneração em setembro de 2022 para adquirir os produtos de uma cesta básica suficiente para alimentar uma pessoa durante um mês. Em agosto de 2022, havia comprometido 64,03% dessa remuneração e em setembro de 2021, 63,20%.

Entre os treze produtos que compõem a cesta básica, oito tiveram queda nos preços médios na comparação com agosto de 2022: o leite integral (-11,36%), o óleo de soja (-8,31%), o feijão preto (-3,94%), o açúcar refinado (-3,15%), o café em pó (-2,81%), a carne bovina de primeira (-2,37%), o arroz agulhinha (-1,10%) e o pão francês (-0,40%).

Os demais cinco produtos apresentaram alta nos preços médios: a batata (16,02%), a banana (11,34%), a manteiga (3,17%), a farinha de trigo (0,87%) e o tomate (0,19%).

Na comparação com setembro de 2021, dez dos treze produtos apresentaram elevação nos preços. Os produtos com aumento de preços foram o leite integral (43,64%), a banana (40,00%), o café em pó (35,32%), a farinha de trigo (35,27%), a batata (21,94%), a manteiga (20,90%), o pão francês (17,24%), a carne bovina de primeira (4,37%), o açúcar refinado (4,12%) e o óleo de soja (0,12%). Registraram diminuição de preços o tomate (-19,20%), o feijão preto (-13,11%) e o arroz agulhinha (-9,12%). No acumulado nos primeiros nove meses de 2022, quatro produtos apresentaram diminuição dos preços: o tomate (-32,22%), o feijão preto (-7,79%), o açúcar refinado (-4,44%) e o óleo de soja (-4,06%). Nove produtos apresentaram alta: o leite integral (48,72%), a batata (34,27%), a farinha de trigo (31,08%), a manteiga (24,07%), a banana (23,82%), o pão francês (14,3%), a carne bovina de primeira (2,72%), o café em pó (1,54%) e o arroz agulhinha (0,75%).

Provedoras de Pequeno Porte movimentam mercado de internet no país

Comemorado anualmente no país em 5 de outubro, o Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa (MPE) foi instituído com intuito de celebrar e valorizar esse setor que, segundo o estudo "Atlas dos Pequenos Negócios", desenvolvido pelo Sebrae, é responsável pela geração de uma renda mensal de R$ 35 bilhões para os empreendedores. O que corresponde a um montante anual de, aproximadamente, R$ 420 bilhões.

Ainda de acordo com o levantamento do Sebrae, divulgado no último mês de julho, o Brasil conta com cerca de 6,6 milhões de MPE ativas, incluindo Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP). Reunindo todo esse universo de pequenos negócios, estima-se que existam 15,3 milhões de empreendedores no país, dentre os quais 11,5 milhões têm a sua atividade empresarial como única fonte de renda.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), coletados pelo Ministério da Economia e também analisados pelo Sebrae, revelam ainda que, no primeiro semestre de 2022, as MPE foram responsáveis pela geração de 961,9 mil postos de trabalho: o equivalente a 72,1% do total de vagas de emprego formais criadas no país durante o período.

Em meio a esse cenário de franca expansão do potencial econômico dos pequenos negócios, o setor de telecomunicações tem assistido ao avanço significativo da participação das chamadas Provedoras de Pequeno Porte (PPPs) no mercado de distribuição de internet no Brasil. De acordo com dados compilados pela consultoria Teleco, juntas as PPPs já detêm 47,5% de todo o mercado de internet fixa no país. A porcentagem é o dobro do que essas empresas possuíam há cerca de quatro anos e supera a participação das três maiores operadoras do país somadas.

Ao contrário dos ISPs (Internet Service Providers, ou Provedores de Serviços de Internet), que detêm as maiores estruturas de rede, além de capital suficiente para investir em novas tecnologias de implementação e distribuição de internet, as PPPs atendem de forma mais regionalizada e têm autorização para se utilizarem de estruturas já existentes, dispensando a necessidade de instalação de novas antenas para o fornecimento de conexão à internet.

Educação é uma das principais beneficiadas em um governo de Lula

Nesta quinta-feira, o Brasil esteve totalmente descolado do exterior. "Enquanto diversas bolsas internacionais caíram ao longo do dia, a bolsa brasileira subia", compara Rodrigo Cohen, analista CNPI e co-fundador da Escola de Investimentos. "Temos também a questão das eleições com o setor de educação subindo bastante. Com o Lula à frente, sabemos que o setor de educação é um dos principais beneficiados no governo dele", atesta o analista

O Ibovespa fechou com avanço de 0,31%, a 117.561 pontos. Cohen vê na bolsa um movimento de compra de ações do Brasil. Segundo o analista, a primeira questão importante do dia foi a alta do petróleo, ainda impactada pelo corte de produção pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep+), que impulsiona o Ibovespa para cima.

A PRIO (empresa brasileira de capital aberto com foco na produção de petróleo e gás) subiu também influenciada pelo aumento da produção total de barris, mais de 14% maior que o último trimestre. Na abertura do mercado, a ação da empresa era cotada a R$ 31,72, teve uma alta de R$ 31,85, caiu, e depois fechou valendo R$ 31,61.

Bancos e varejistas também registraram alta. "Eu vejo dois motivos para a subida do varejo: primeiro motivo é que o Brasil saiu na frente em relação à alta de juros e, com isso, possivelmente vamos começar a derrubar os juros antes que outros países. Nossos juros alcançaram um patamar em que não devem continuar subindo mais. O mercado também já precifica esse cenário, já que a bolsa sempre trabalha precificando o cenário de seis meses a 1 ano para frente. Outra questão é que já temos a expectativa pelo aumento de vendas com o fim do ano e proximidade de Black Friday e Natal. Consequentemente, com mais vendas, podemos ver bons resultados para as empresas do setor", explica Cohen.

Bancos, por si só, sobem. "Outro motivo é que o PT percebeu agora que para angariar mais votos e não ter risco de não ganhar agora no segundo turno vai precisar adotar política de mais responsabilidade fiscal trazendo o Meirelles, por exemplo, e caminhar mais para o centro. Essa sinalização é positiva para o Ibovespa e também para o setor de bancos".

Dólar

O dólar lá fora, o DXY, que é a cesta de moedas versus o dólar, está subindo bastante com uma alta bem grande, quase 1%. Em geral, o DXY sobe 0,30%. É uma alta bem expressiva. A alta do dólar lá fora faz com que o nosso dólar, que é correlacionado, também suba. No final do dia, um dólar americano valia R$ 5,22. Na quarta-feira (5), a moeda norte-americana subiu 0,32%, cotada a R$ 5,1840.

Cohen cita que os dados de seguro-desemprego nos EUA vieram acima do esperado. O número de pedidos de auxílio-desemprego nos Estados Unidos teve uma alta de 29 mil solicitações na semana encerrada em 1° de outubro, para 219 mil, segundo dados com ajustes sazonais divulgados nesta quinta-feira pelo Departamento do Trabalho norte-americano.

"Hoje mesmo tivemos uma fala da economista Lisa Cook, da cúpula do FED, banco central dos EUA, em que ela afirma que eles estão muito atentos aos dados econômicos e expectativas de inflação para tomarem as próximas decisões em relação à política monetária. Se tivermos uma sequência de criação de vagas criadas mais baixas do que o esperado, isso já pode sinalizar uma pausa no movimento de alta de juros pelo FED. E isso já deve indicar uma queda de juros no mundo também", acredita Cohen.

BANCO MODAL S.A.

CNPJ/ME nº 30.723.886/0001-62 – NIRE 333.0000581-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado

Ata de Reunião da Diretoria Executiva realizada em 30 de setembro de 2022

Data, Hora e Local: Aos 30 (trinta) dias de setembro de 2022, às 10:00 (dez) horas, na sede social do **Banco Modal S.A.** ("Companhia"), localizada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar - parte, bloco 01, bairro Botafogo, CEP 22250-040. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação por estarem presentes todos os membros da Diretoria Executiva da Companhia. **Composição da Mesa:** Foi escolhido o Sr. Cristiano Maron Ayres para presidir os trabalhos, o qual escolheu o Sr. Adeodato Arnaldo Volpi Netto Junior para secretariá-los. **Ordem do Dia:** Tomar conhecimento da renúncia de membro da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Após os esclarecimentos acerca da matéria constante da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, os membros da Diretoria presentes, tomaram conhecimento da renúncia ao cargo de Diretor Executivo (Grupo A) da Companhia apresentada nesta data, pelo Sr. **Ronaldo Fabiano Baeta Guimarães Júnior**, brasileiro, nascido em 10 de dezembro de 1969, casado sob o regime da separação total de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 083982652, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 922.919.377-15, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar - parte, bloco 01, bairro Botafogo, CEP 22250-040. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a reunião da diretoria suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e conferida, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas - Mesa: Cristiano Maron Ayres (Presidente) e Adeodato Arnaldo Volpi Netto (Secretário). **Diretores Executivos Presentes:** Cristiano Maron Ayres; André Luiz Lauzana dos Santos e Adeodato Arnaldo Volpi Netto. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022. **Cristiano Maron Ayres** - Presidente; **Adeodato Arnaldo Volpi Netto** - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 04/10/2022 sob o número 00005120676. a) Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

O que se pode esperar da próxima composição do Congresso Nacional?

Por Jorge Priori

Conversamos com Públio Madruga, sócio-diretor da Distrito Relações Governamentais, sobre o que se pode esperar da próxima composição do Congresso Nacional.

Considerando o resultado da eleição para o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados teve 44% de taxa de renovação. No Senado, que teve 27 mandatos em disputa, nós temos 22 novos senadores e apenas 5 reeleitos. Na sua avaliação, essa renovação se refletirá numa mudança de postura do Congresso Nacional e das suas pautas?

Depende da referência que você tem para essa mudança. O Congresso teve a eleição de vários candidatos com viés de apoio ao presidente Bolsonaro, que mostrou muita força fazendo campanha para eles. A bancada do PL é muito grande.

Ocorre que nós já tínhamos no Congresso, principalmente na Câmara com a liderança do Arthur Lira, uma base de sustentação das pautas do governo. A tendência é que isso continue e que seja muito facilitado caso o Bolsonaro seja reeleito.

Apesar da renovação, o que importa na verdade são os partidos e as suas bancadas. Efetivamente, os nomes não têm uma importância tão grande. Na Câmara dos Deputados, nós teremos um modelo muito parecido com o que já vinha sendo praticado: um presidente forte no comando da casa. A administração dessas pautas dependerá de quem vai ser esse presidente.

Com relação ao Senado, ele ficou mais bolsonarista, com a bancada do PL fazendo uma grande diferença. Por mais que o Senado não fosse de oposição, ele segurava muito mais as pautas do que a Câmara. A nova composição pode gerar mais facilidade para que as pautas bolsonaristas passem.

Tudo depende dos presidentes das casas, que vão ditar as pautas e em que sentido as políticas públicas vão andar.

Independente de quem ganhe o segundo turno da eleição para presidente, como deverá ser a relação com o Congresso num cenário de reeleição do presidente Bolsonaro e de eleição do ex-presidente Lula?

Se o Bolsonaro for reeleito, a relação tende a ser muito boa. Olhando para a Câmara, a base composta pelos partidos que fizeram parte da sua aliança somou 187 deputados (PL, PP e Republicanos), sendo que apenas o PL teve 99 deputados, o que é impressionante (PP e Republicanos tiveram 47 e 41 deputados, respectivamente). A oposição saiu muito enfraquecida, com 122 deputados.

O mais importante é que tanto na Câmara quanto no Senado, existe a possibilidade de que Bolsonaro consiga agregar uma base suficiente para conseguir passar uma PEC, sendo 308 votos na Câmara e 49 no Senado (PL, 15; PP, 6, e Republicanos, 3, somaram 24 senadores). Isso transforma a situação como um todo porque, em tese, Bolsonaro poderia passar qualquer coisa, sem ter quase nenhuma barreira a ser transposta.

Além disso, atualmente está havendo uma discussão sobre a união do PP e do União Brasil, que tende a ser um partido de base. Por exemplo, o Arthur Lira e o Ciro Nogueira são do PP. Isso acrescentaria os 59 deputados e os 10 senadores do União Brasil à base. Também podemos pensar no PSD, que é um partido mais pragmático, com seus 42 deputados e 11 senadores. Se o Podemos, que não tem um viés oposicionista, for trazido, teremos mais 12 deputados e 6 senadores. Isso sem contar com nenhum deputado ou senador do MDB ou do PSDB. É muita gente.

A margem que o Bolsonaro teria para manobrar e passar as suas pautas é muito grande. Se ele for reeleito, imagino que haverá uma boa relação com o Congresso também por conta de uma oposição enfraquecida, não só em números, mas no discurso caso o Lula seja derrotado.

No caso de uma vitória do Lula, ele terá uma base bem menor. Contudo, tirando o PL, que é um partido de situação por estar recebendo o Bolsonaro, os demais partidos podem desembarcar no governo por "n" situações, como pautas e cargos. O parlamento é um ambiente de negociação, e o Lula é um cara muito hábil para isso. Ele teria muitas condições de trazer esses partidos para o seu lado, mas teria muitas dificuldades para eleger o presidente da Câmara e, talvez,

Públio Madruga

encontre dificuldades para eleger o presidente do Senado, o que o tornaria refém do Congresso. Além disso, ele tem falado que vai brigar contra o orçamento secreto.

Na minha visão, uma reeleição do Bolsonaro manteria o status quo, com um Congresso mais pró-governo, adiantando as reformas já a partir do início de novembro. No caso de uma eleição do Lula, no primeiro ano nós teríamos as articulações e o redenho da base de apoio, principalmente na questão das eleições dos presidentes da Câmara e do Senado, o que vai acontecer logo no início de fevereiro. Depois disso, ele vai tentar colocar as suas pautas, mas isso vai demorar mais, demandar mais esforço e vai ser muito mais difícil.

Você acredita que teremos mudanças no comando das duas casas na próxima eleição para as suas presidências?

Depende de quem vai ser o próximo presidente do Brasil. Se for o Bolsonaro, a Câmara continua com o Arthur Lira, mas há uma grande tendência de que o Senado não fique com o Rodrigo Pacheco, que não foi exatamente uma pessoa que apoiou as pautas bolsonaristas.

Não sei se a palavra ideal é essa, mas o Pacheco tem um problema, já que a partir de 2023 a base governista, que será maioria no Senado, tem um certo incômodo com ele por conta da sua relação com o STF, que teve algumas atitudes meio que endossadas por ele. Na opinião do Senado que vem, e não na opinião do Senado de hoje, ele deveria ter sido mais combativo com relação aos assuntos do Supremo. Também temos a questão do PL, que terá a maior bancada com 15 senadores, e que, provavelmente, vai querer indicar o novo presidente.

Se for o Lula, o PT vai tentar fazer o novo presidente da Câmara. O partido tem histórico de tentar impor o seu candidato, sendo que já enfrentou derrotas históricas como no caso de Severino Cavalcanti (presidente da Câmara de fevereiro a setembro de 2005, que havia derrotado o deputado petista Luiz Eduardo Greenhalgh na eleição para presidência da casa). Ele pode tentar, mas acho difícil que consiga. A questão é se o PL, que tem a maior bancada, vai lançar alguém para tentar fazer frente a Arthur Lira num eventual governo petista. Eu não acho que isso aconteça num segundo governo Bolsonaro, mas é possível que aconteça num governo Lula, já que não haveria uma relação entre Lula e Arthur Lira que impedisse o PL de fazer isso.

No Senado, a tendência seria de permanência do Pacheco. Em alguns pontos, o PT se favoreceu com a sua atuação, tanto na questão de não enfrentamento do Supremo, quanto na questão de algumas pautas bolsonaristas que ficaram paradas no Senado. Ele pode não ser o cara ideal, mas talvez seja isento o suficiente, o que poderia lhe gerar apoio. Mas, novamente, nós entraríamos, provavelmente, em outra guerra, com o PT tentando manter o Pacheco, e o PL, com a maior bancada, lançando alguém à presidência.

Se o PL ganhar as duas casas, ou pelo menos uma, o Lula terá bastante trabalho, pelo menos nos dois primeiros anos.

A íntegra da entrevista da Públio Madruga está disponível em monitormercantil.com.br/o-que-se-pode-esperar-da-proxima-composicao-do-congresso-nacional

Fundos de investimento: pior resultado dos últimos cinco anos

Foram retirados R$ 17,1 bilhões entre janeiro e setembro de 2022

Os fundos de investimento registraram retiradas líquidas (diferença entre aportes e resgates) de R$ 17,1 bilhões entre janeiro e setembro, segundo dados do balanço do terceiro trimestre da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). O resultado, o pior dos últimos cinco anos, é 104,1% menor que o do mesmo período de 2021, quando a captação líquida foi de R$ 414,7 bilhões.

"O desempenho dos fundos foi impactado por diversos fatores, como a corrida eleitoral, a escalada da inflação, a crescente aversão ao risco e, consequentemente, o aumento da atratividade de produtos de renda fixa isentos de imposto de renda, como os CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) e os CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários)", disse Pedro Rudge, vice-presidente da Anbima.

Mas mesmo com queda de 60,4% na captação líquida dos fundos de renda fixa, na comparação com o mesmo período de 2021, a classe acumulou saldo líquido positivo de R$ 94,7 bilhões de janeiro a setembro. Os fundos ações e os multimercados registraram saídas líquidas de R$ 57,9 bilhões e R$ 79,7 bilhões, respectivamente.

Em agosto, os Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagros) completaram um ano, com patrimônio líquido de R$ 6,2 bilhões e mais de 85 mil cotistas distribuídos em 34 fundos. "Os Fiagros têm o apelo interessante ao financiar o agronegócio, um segmento relevante para o PIB (Produto Interno Bruto) nacional. Mesmo com pouco tempo de mercado, eles têm tido um bom desempenho, mostrando a decisão acertada da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de lançar uma regulação experimental, se apoiando nas regras já existentes dos estruturados", afirmou Sérgio Cutolo, vice-presidente.

Ele cita que atualmente, a modalidade de Fiagro de fundo imobiliário detém maior patrimônio líquido (R$ 5,1 bilhões), número de contas (84 mil) e quantidade de fundos (26) dentre as demais (FIDC e FIP). Segundo Cutolo, esse movimento é natural, uma vez que os fundos imobiliários são produtos mais populares entre os investidores por não terem tíquete mínimo de aplicação e propiciarem isenção fiscal.

O número de contas de fundos subiu 10,1%, passando de 29,7 milhões em agosto de 2021 para 32,7 milhões em agosto deste ano. O crescimento foi impulsionado por mais de 2,3 milhões de novas contas de fundos imobiliários. A classe de renda fixa contabilizou 826,4 mil novas contas, e os multimercados, 291,1 mil.

Rentabilidade

A maioria dos fundos de renda fixa teve rentabilidade positiva no acumulado do ano, com retornos próximos à taxa DI, que fechou o mesmo período em 8,9%. O destaque foi o tipo duração baixa crédito livre (pode manter mais de 20% da carteira em títulos de médio e alto risco de crédito do mercado doméstico ou externo), com 9,9% de retorno.

Os tipos dívida externa (investem no mínimo 80% em títulos da dívida externa da União) e investimento no exterior (investem ao menos 40% no exterior), no entanto, apresentaram rentabilidade negativa de 11,2% e 6,2%, respectivamente.

A Anbima revelou que quase todos os multimercados registraram retorno positivo no período. O melhor desempenho foi o do tipo long and short neutro (faz operações de ativos e derivativos ligados ao mercado de renda variável), que rendeu 20,6% no período. A exceção foi o capital protegido (busca retornos em mercados de risco procurando proteger o principal investido), que acumulou rentabilidade negativa de 10,7% de janeiro a setembro.

Parlamentar quer Nuclep sociedade de economia mista para privatizá-la

A Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A (Nuclep), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é mais uma empresa no crivo da desestatização, processo largamente incentivado pelo governo atual e combatido por grande parte da sociedade que vê nisso o desmantelamento gradual dos ativos públicos do país. Sediada no Rio de Janeiro, a empresa foi fundada em 1975.

De atual empresa pública, a Nuclep pode se transformar em sociedade de economia mista (estrutura societária de sociedade anônima em que as ações são compartilhadas entre o Estado e o mercado, sendo o Estado o maior detentor das ações com direito a voto). Mas para isso acontecer ainda precisa ser aprovado o Projeto de Lei 2395/22. O texto em análise na Câmara dos Deputados altera a Lei 14.120/21, que reorganizou a estrutura societária de estatais do setor nuclear.

Tanto as empresas públicas como as sociedades de economia mista são criadas e extintas por lei e estão sujeitas ao controle estatal. As primeiras, no entanto, têm capital 100% público e as segundas podem ter também capital privado.

"A transformação da Nuclep em sociedade de economia mista viabilizará o aporte de recursos privados na companhia e o financiamento de novos investimentos, com a expansão de atividades e projetos estratégicos que contribuirão para o desenvolvimento produtivo e tecnológico nacional", argumenta o autor da proposta, deputado Guiga Peixoto (PSC-SP).

Segundo a Agência Câmara de Notícias, a Nuclep atua no desenvolvimento, na fabricação e na comercialização de equipamentos para o setor nuclear, incluindo as usinas de Angra dos Reis (RJ) e o projeto da Marinha para a construção de submarino nuclear brasileiro. É uma indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, preferencialmente na área de caldeiraria pesada.

Em 2020, a estatal foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) pelo Decreto 10.322/20.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ/MF Nº 07.377.136/0001-64
CONVOCAÇÃO

Ficam os Srs. sócios da sociedade RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S., convocados para se reunirem em Reunião dos Sócios quotistas, a ser realizada no dia 19/10/2022, às 14h, na sede da empresa, localizada à Rua Teixeira de Freitas, nº 31, 12º andar, parte, Centro, cidade e estado do Rio de Janeiro, CEP: 20.021-350, cuja participação poderá ser feita de forma virtual, mediante solicitação individual de cada sócio, para deliberarem sobre a exclusão por justa causa do sócio Sr. Newton Klayton dos Anjos Mencinaukis, a quem será conferido o direito de defesa nos termos da lei.

RSM ACAL AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ/MF Nº 39.598.716/0001-78
CONVOCAÇÃO

Ficam os Srs. sócios da sociedade RSM ACAL AUDITORIA E CONSULTORIA LTDA., convocados para se reunirem em Reunião dos Sócios quotistas, a ser realizada no dia 19/10/2022, às 10h, na sede da empresa, localizada à Av. Francisco Matarazzo, nº 1.500, 11º pavimento, parte, cidade e estado de São Paulo, CEP: 05.001-100, cuja participação poderá ser feita de forma virtual, mediante solicitação individual de cada sócio, para deliberarem sobre a exclusão por justa causa do sócio Sr. Newton Klayton dos Anjos Mencinaukis, a quem será conferido o direito de defesa nos termos da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N° 01/2022

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a execução de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva nas Unidades de Ensino da Rede Municipal de Queimados, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, compreendendo a execução de diversos serviços como pintura, recomposição de coberturas, execução e recomposição de pisos, impermeabilizações, substituição de esquadrias, entre outros necessários ao perfeito funcionamento das unidades, com fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços, equipamentos, mão de obra especializada e supervisão técnica, conforme Projeto Básico - Anexo I. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1843/2022/05. RETIRADA DO EDITAL: https://queimados.rj.gov.br/avisos-licitacao?fonte=1 ou na Prefeitura, Rua Hortência, 254 – Centro, das 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas, mediante a entrega de 01 (uma) RESMA DE PAPEL A4 e carimbo do CNPJ da Empresa. DATA / HORA: 07/11/2022 às 09:00 horas.

Filipe Martins Silva
Presidente - CPLMSO

FUNDAÇÃO CRISTÃ-ESPÍRITA CULTURAL PAULO DE TARSO CONVOCAÇÃO – De acordo com os arts. 20 a 22 e seus parágrafos, art. 24, Incisos II e VI, e arts. 31, 37 e 38 do Estatuto ficam convocados os Conselheiros do Conselho Curador da Fundação Cristã-Espírita Cultural Paulo de Tarso - FUNTARSO, para as Assembleias Geral Extraordinária (AGE) e Geral Ordinária (AGO) a se realizarem na sede da Fundação, situada na Estrada do Dendê, nº 659, Tauá – Ilha do Governador, Rio de Janeiro - RJ, às 10:00 horas e 11:00 horas, respectivamente, no dia 29 de outubro de 2022, nas modalidades presencial e por vídeo conferência, conforme autorização da 3ª Promotoria de Justiça de Fundações, do MPRJ, para deliberar sobre as seguintes Ordens do Dia, registrando-se as reuniões através de atas distintas, a saber: Assembléia Geral Extraordinária (AGE): Em ata única - Revisão da Prestação de contas 2021. Assembléia Geral Ordinária (AGO) - Primeira Ata - a) Preenchimento de 1 (uma) vaga para o Conselho Curador, em razão de renúncia de Conselheiro (Arts. 15 e 16 do Estatuto); b) Apresentação da Relação Atualizada dos Nomes de Conselheiros do Conselho Consultivo (art. 31) - Segunda Ata - c) Apreciação e deliberação da Proposta Orçamentária para o exercício de 2023; d) Apreciação do Balanço Geral e Apuração de Resultados, de 01 de janeiro até 30 de junho de 2022; e) Autorização para alienação de imóvel. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2022. Roberto do Nascimento Vitorino – Presidente.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA CÍVEL REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à WAGNER JORGE COSTA DA SILVA e à JUCIARA BAPTISTA SIQUEIRA DA SILVA, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0015654-55.2015.8.19.0209) proposta por CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SOLAR REMOPE XVI contra WAGNER JORGE COSTA DA SILVA e JUCIARA BAPTISTA SIQUEIRA DA SILVA, na forma abaixo: A DRA. MÔNICA RIBEIRO TEIXEIRA, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **19.10.2022** e **25.10.2022, às 12:30 horas,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública FABÍOLA PORTO PORTELLA, inscrita na JUCERJA sob o nº 127**,** será apregoado e vendido, o Apartamento 301, do edifício situado na Rua Desembargador Paulo Alonso, nº 380, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 1.214.651,98 (hum milhão, duzentos e quatorze mil, seiscentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BANCOS EMISSORES DE CARTÃO DE CRÉDITO - STONE III - CNPJ/ME: 35.868.129/0001-09. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO -** Ficam os senhores cotistas do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - BANCOS EMISSORES DE CARTÃO DE CRÉDITO - STONE III** ("Fundo") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se, em primeira convocação, no dia **24 de outubro de 2022, às 11:00 horas,** na sede social da Administradora do Fundo, na Av. das Américas, n° 3434, Bloco 07, Sala 201, Barra da Tijuca, nesta Capital do Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberar sobre: **(i)** a aprovação das contas relativas ao Fundo e deliberação sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Administradora, referentes ao exercício social findo em 31.12.2021; e **(ii)** a autorização para que a Administradora adote as medidas cabíveis e necessárias para implementação dos itens anteriores. Não havendo *quórum* para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação, esta será realizada em **31 de outubro de 2022, no mesmo horário e local,** valendo este Edital também como **segunda convocação.** Para maiores informações sobre a Assembleia e as matérias da Ordem do Dia, entrar em contato diretamente com a Administradora. Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2022. ***OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.*** - Administradora do Fundo.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
SAYLUJ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – CNPJ 03.488.597/0001-53 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº **14/200.349/2013**, a renovação de sua Licença **LMO Nº 003032/2022** com validade de **120 MESES** para **FABRICAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E HIGIENE PESSOAL** no local **ESTRADA DOS BANDEIRANTES, 2265 – TAQUARA – JACAREPAGUÁ – RIO DE JANEIRO** em substituição a licença **LMO Nº 001500/2015.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 07/2022

OBJETO: Execução de Obra de Reforma da Escola Municipal Eloi Dias Teixeira, situada na rua Roraima, S/No - Bairro Fleissman - Queimados / RJ com fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços, equipamentos, mão de obra especializada e supervisão técnica, conforme Projeto Básico – Anexo I. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2295/2022/04. RETIRADA DO EDITAL: https://queimados.rj.gov.br/avisos-licitacao?fonte=1 ou na Prefeitura, Rua Hortência, 254 – Centro, das 09:00 às 12:00 horas e 14:00 às 16:00 horas, mediante a entrega de 01 (uma) RESMA DE PAPEL A4 e carimbo do CNPJ da Empresa. DATA / HORA: 21/10/2022 às 09:30 horas.

Filipe Martins Silva
Presidente - CPLMSO

WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ: 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA): 33.3.0003135-9

AVISO AOS ACIONISTAS
DISTRIBUIÇÃO DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

O Conselho de Administração da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A., em reunião de 30/09/2022, aprovou proposta da Diretoria Executiva, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2023, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio da Companhia, no montante bruto de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), do qual será deduzido o valor equivalente a 15% (quinze por cento) do valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos, que deverão comprovar esta condição até o dia 24 de outubro de 2022, enviando documentação comprobatória para: Postal: WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A., aos cuidados do Diretor de Relação com Investidores, Sr. Leandro Cardoso Massa. Endereço: Praia do Flamengo, nº 200, 19º andar, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.210-901; Correio Eletrônico (e-mail): leandro.massa@wlm.com.br. Os Juros sobre Capital Próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pela Companhia referentes ao exercício social do ano de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. Farão jus ao recebimento dos referidos juros sobre o capital próprio os Acionistas com posição final de ações da Companhia em 17 de outubro de 2022. O pagamento será efetuado na data de 28 de novembro de 2022. Valor bruto por ação ON (Ordinárias): R$ 0,13021167; Valor bruto por ação PN (preferenciais): R$ 0,14323284.

Rio de Janeiro, 06 de outubro de 2022.
Leandro Cardoso Massa
Diretor de Relações com Investidores

MODAL CONTROLE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 40.415.070/0001-25 – NIRE 33.3.0033665-6
Ata da Reunião da Diretoria realizada em 30 de setembro de 2022

I. Data, Hora e Local: Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2022, às 13h00, na sede social do **Modal Controle Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar - parte, bloco 01, bairro Botafogo, CEP 22250-040. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação por estarem presentes todos os membros da Diretoria Executiva da Companhia, conforme estabelece o § 3º do Artigo 17 do Estatuto Social. **III. Composição da Mesa:** Diniz Ferreira Baptista - Presidente e Cristiano Maron Ayres - Secretário. **IV. Ordem do Dia: (i)** Tomar conhecimento da renúncia de membro da Diretoria da Companhia e **(ii)** Em virtude da deliberação acima, ratificaram a composição da Diretoria da Companhia. **V. Deliberações:** Após esclarecimento acerca da matéria constante da ordem do dia, por unanimidade e sem ressalvas, os membros da Diretoria presentes: (i) Tomaram conhecimento da renúncia ao cargo de Diretor Executivo da Companhia apresentada pelo Sr. **Ronaldo Fabiano Baeta Guimarães Júnior**, brasileiro, nascido em 10 de dezembro de 1969, casado sob o regime da separação total de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 083982652, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 922.919.377-15, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar - parte, bloco 01, bairro Botafogo, CEP 22250-040, cuja carta de renúncia foi apresentada nesta data; e (ii) Em virtude da deliberação acima, ratificaram a composição da Diretoria da Companhia, deliberada na Assembleia Geral realizada em 11/02/2021 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25/04/2022, a saber: **(i) Diniz Ferreira Baptista**, brasileiro, nascido em 25 de novembro de 1937, casado sob o regime da separação total de bens, administrador de empresas, portador da carteira de identidade nº 1.638.705, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 024.077.287-34, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, bloco 01, Botafogo, CEP 22250-040, na condição de **Diretor Executivo**; **(ii) Cristiano Maron Ayres**, brasileiro, nascido em 22 de julho de 1978, convivente em união estável com pacto de separação de bens, economista, portador da carteira de identidade nº 10.879.451-2, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 076.323.937-22, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, bloco 01, Botafogo, CEP 22250-040, na condição de **Diretor Executivo**; **(iii) Ana Paula Moraes Venancio Amaral**, brasileira, nascida em 03 de dezembro de 1975, casada sob o regime da comunhão parcial de bens, contadora, portadora da carteira de identidade nº 081340/O-8, expedida pelo CRC/RJ, inscrita no CPF sob o nº 069.306.917-12, residente e domiciliada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, bloco 01, Botafogo, CEP 22250-040, na condição de **Diretora Operacional**; **(iv) Bruno José Albuquerque de Castro**, brasileiro, nascido em 13 de junho de 1981, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 118414994, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 085.188.247-10, residente e domiciliado no município de São Paulo - SP, com o endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 3º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na condição de **Diretor Operacional**; **(v) Ivan Nogueira Pinheiro**, brasileiro, nascido em 12 de julho de 1979, casado sob o regime da comunhão universal de bens, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 34.829.576-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 223.034.588-54, residente e domiciliado no município de São Paulo - SP, com o endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 3º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na condição de **Diretor Operacional**; **(vi) Carlos José Lancellotti Narciso**, brasileiro, nascido em 12 de março de 1969, divorciado, economista, portador da carteira de identidade nº 07473864-2, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 680.864.667-87, residente e domiciliado no município de São Paulo - SP, com o endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1455, 3º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na condição de **Diretor Operacional**. Ainda, ratificaram a divisão da Diretoria entre os Grupos A e B, exclusivamente para fins de representação da Companhia, deliberada na Assembleia Geral realizada em 11/02/2021 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25/04/2022, conforme segue:

DIVISÃO DA DIRETORIA PARA FINS DE REPRESENTAÇÃO	
DIRETORES GRUPO A	**DIRETORES GRUPO B**
Ana Paula Moraes Venancio Amaral	Diniz Ferreira Baptista
Bruno José Albuquerque de Castro	Cristiano Maron Ayres
	Ivan Nogueira Pinheiro
	Carlos José Lancellotti Narciso

VI. Encerramento dos Trabalhos e Lavratura de Ata: Nada mais havendo a tratar, foi a reunião da diretoria suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e conferida, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas - Mesa: Diniz Ferreira Baptista (Presidente) e Cristiano Maron Ayres (Secretário). **Diretores Executivos Presentes:** Diniz Ferreira Baptista e Cristiano Maron Ayres. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022. **Mesa: Diniz Ferreira Baptista** - Presidente; **Cristiano Maron Ayres** - Secretário. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 05/10/2022 sob o número 00005122137. a) Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.